

01

Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal a competência para legislar sobre gratuidade de estacionamento em estabelecimento privado (shopping centers, hipermercados, instituições de ensino, rodoviárias e aeroportos) é:

- a) Concorrente, competindo à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- b) Privativa dos Municípios.
- c) Concorrente, competindo à União, aos Estados, ao Distrito Federal.
- d) Privativa da União.
- e) Competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

02

Analise a constitucionalidade das Leis referidas nos itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Lei Municipal que determina medidas de conforto aos usuários (clientes ou não), como instalações sanitárias, fornecimento de cadeiras de espera, ou, ainda, colocação de bebedouros, bem como equipamentos destinados a proporcionar-lhes segurança, tais como portas eletrônicas e câmeras filmadoras.

II – Lei Municipal legislando sobre o horário de funcionamento do comércio local.

III – Lei municipal legislando sobre a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo.

- a) Constitucional; constitucional; inconstitucional.
- b) Inconstitucional; constitucional; inconstitucional.
- c) Inconstitucional; inconstitucional; inconstitucional.
- d) Constitucional; inconstitucional; constitucional.
- e) Inconstitucional; inconstitucional; constitucional.

03

Considere:

I – Dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

III - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

As competências referidas nos itens anteriores pertencem respectivamente aos seguintes órgãos:

- a) Congresso Nacional, Senado Federal, Câmara dos Deputados.
- b) Senado Federal, Câmara dos Deputados, Congresso Nacional.
- c) Câmara dos Deputados, Senado Federal, Congresso Nacional.
- d) Senado Federal, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados.
- e) Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal.

04

Assinale a alternativa correta:

- a) Processo ou procedimento legislativo ordinário ou comum é aquele que se destina à elaboração da lei ordinária e da lei complementar.
- b) Processo ou procedimento sumário não pode ser utilizado nos projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo.
- c) Processo ou procedimento sumário diferencia-se do ordinário apenas pelo fato de existir prazo para o Congresso Nacional deliberar sobre determinado assunto, mas deve observar todas as fases do processo ordinário.
- d) Processo ou procedimento especial é aquele que se destina à elaboração das leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos-legislativos, resoluções e leis financeiras.
- e) Depois de iniciada a tramitação de projeto de lei pelo procedimento sumário, a Câmara dos Deputados tem 100 dias para deliberar sobre a matéria.

05

De acordo com a Constituição Federal o processo legislativo é constituído de três fases, sobre a fase constitutiva analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) A fase constitutiva é a deliberação pelo Poder Legislativo sobre o mérito da matéria constante do projeto de lei.
- b) É preciso maioria simples para instalar a sessão validamente e maioria simples para votação de uma lei ordinária.
- c) É possível aumentar a despesa prevista no projeto de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- d) Sempre que um projeto de lei recebe emendas na Casa Revisora, as emendas devem ser deliberadas pela Casa Iniciadora.
- e) De acordo com princípio da primazia da deliberação principal se houver divergência entre a casa iniciadora e a casa revisora, prevalece a primeira deliberação legislativa.

06

Sobre o tema do controle de constitucionalidade de Lei Municipal assinale a alternativa incorreta.

- a) Não é cabível Ação Direta de Inconstitucionalidade em face de Lei Municipal.
- b) A Lei Municipal pode ter a sua constitucionalidade questionada pela Representação de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça.
- c) A Comissão de Constituição e Justiça faz controle repressivo de constitucionalidade.
- d) A Lei Municipal pode ser objeto do controle concentrado de constitucionalidade no STF.
- e) O controle de constitucionalidade de Lei Municipal não pode ser objeto principal da Ação Civil Pública

07

Sobre a sanção e veto, julgue a veracidade das assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I - O veto tem que ser expresso e tem que ser manifestado no prazo de 15 dias do recebimento, pois o silêncio do Chefe do Poder Executivo importará em sanção (art. 66, §3º da CF).

II - O veto sem motivação expressa produzirá os mesmos efeitos da sanção.

III - A sanção pelo Chefe do Poder Executivo convalida vício de iniciativa do projeto de lei.

IV - Se for rejeitado o veto parcial, o projeto será transformado em lei. Será promulgado e publicado como parte da lei que antes fazia parte. Assim, uma lei, no Brasil, pode ter dispositivos que entram em vigor em uma data e outros que entram em outra.

a) V, V, F, F.

b) V, F, V, F.

c) F, F, V, V.

d) V, V, V, F.

e) F, F, V, F.

08

Assinale a alternativa correta:

a) O Advogado Geral da União deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

c) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.

d) A ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.

e) O Supremo Tribunal Federal poderá, apenas de ofício, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento.

09

Sobre os remédios constitucionais assinale a alternativa correta:

a) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação na Câmara de Vereadores e organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um

ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

b) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, em qualquer hipótese, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

c) deve ser impetrado habeas data para tutelar o direito de acesso a informação quando o cidadão tem negado o seu direito de obter certidão pela autoridade coatora.

d) é cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.

e) o cidadão deverá arcar com as custas da ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público quando ficar demonstrada sua má fé.

10

Julgue as afirmações abaixo e assinale as alternativas corretas:

I) Poderá ser ajuizada cautelar para assegurar os fins da ação civil pública, objetivando, inclusive, evitar dano ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

II) Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, mas apenas personalidade judiciária, de modo que somente pode demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais, entendidos esses como sendo os relacionados ao funcionamento, autonomia e independência do órgão.

III) A sentença civil fará coisa julgada inter partes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

a) Todas estão corretas.

b) Apenas a I está correta.

c) Apenas a III está correta.

d) I e II estão corretas.

e) II e III estão corretas.

11

Assinale a alternativa que não indica direitos sociais:

a) educação, a saúde, a alimentação.

b) trabalho, a moradia, o transporte.

c) lazer, a segurança, a previdência social.

d) proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

e) livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

12

O artigo 37 da Constituição Federal afirma que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além do seguinte:

a) a investidura em cargo ou emprego público depende sempre de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.

b) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder, nos Municípios, o subsídio mensal do Juiz de Direito da comarca ou circunscrição judiciária.

c) as funções de confiança e os cargos em comissão, são exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou não, a serem preenchidos nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

d) é constitucional a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias do Poder Executivo ao Poder Legislativo ou Judiciário, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

e) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.

13

Relacione as competências administrativas aos entes correspondentes, e assinale a alternativa correta:

I) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.

II) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

a) Exclusiva da União; Comum a todos os entes federados; Exclusiva do Município.

b) Comum a todos os entes federados; Exclusiva do Município; Exclusiva da União.

c) Comum a todos os entes federados; Exclusiva da União; Exclusiva do Município.

d) Exclusiva da União; Exclusiva do Município; Comum a todos os entes federados.

e) Exclusiva da União; Exclusiva da União; Exclusiva do Município.

14

Assinale a alternativa que não se refere a uma hipótese de controle externo exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União:

a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

b) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

c) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

e) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

15

Os Deputados e Senadores não poderão:

a) desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

b) desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

c) desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

d) desde a posse, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum" em pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

e) desde a expedição do diploma, patrocinar causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

16

Existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático. Sobre o tema assinale a alternativa incorreta:

- a) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica.
- b) O interesse de agir é principal e substancial.
- c) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou falsidade de documento.
- d) É admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- e) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

17

Sobre o tema da representação judicial, relacione a primeira coluna (I, II, III, IV e V) com a segunda (A, B, C e D):

- I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios
- II - o Município
- III - a massa falida
- IV - a herança jacente ou vacante
- V - o espólio

- A - Procurador
- B - Síndico
- C - Curador
- D - Inventariante

- a) I-A, II-A, III-B, IV-C, V-D
- b) I-C, II-A, III-A, IV-C, V-D
- c) I-A, II-A, III-A, IV-D, V-D
- d) I-A, II-A, III-B, IV-C, V-C
- e) I-A, II-A, III-B, IV-D, V-C

18

O artigo 16 do CPC estabelece sanções pecuniárias a litigância de má-fé e o abuso do direito processual. Sobre o tema assinale a alternativa correta:

- a) A arguição incidental de inconstitucionalidade pode configurar litigância de má-fé, por deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei.
- b) A interposição de embargos de declaração para suprir omissão de decisão judicial pode caracterizar litigância de má-fé por interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório.
- c) Quando a parte usar do processo para conseguir objetivo ilegal, pode caracterizar o fenômeno conhecido por "processo fraudulento".
- d) Fica caracterizada a litigância de má-fé quando a parte provocar incidentes manifestamente infundados.
- e) A retenção dos autos por tempo superior ao determinado pelo prazo e quando houver motivo razoável não será configurada a litigância de má-fé.

19

Assinale a alternativa correta:

- a) no litisconsórcio necessário o juiz ordenará ao autor a promoção da citação de todos os litisconsortes, quando o autor não o fizer, o juiz promoverá a citação de ofício.
- b) quando não houver disposição em contrário, os litisconsortes são considerados como litigantes distintos com relação a parte adversa.
- c) o juiz não pode limitar o número de litigantes no litisconsórcio facultativo.
- d) quando o juiz tiver que decidir a demanda da mesma forma para todos os litisconsortes, temos um litisconsórcio recíproco simples.
- e) as questões de fato e de direito que fundamentam o litisconsórcio devem ser anteriores à propositura da ação.

20

As provas são importante instrumento processual pelo qual os magistrados formarão seu convencimento sobre as alegações das partes. Sobre o tema das provas no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) a inspeção judicial é meio de prova indireto.
- b) a prova testemunhal é meio de prova direto.
- c) no processo civil tem se admitido a prova produzida por meio ilícito, quando beneficiar a Administração Pública.
- d) os meios de prova previstos no Código de Processo Civil não constituem numeros clausus.
- e) não será necessário a prova de direito consuetudinário.

21

Sobre os recursos no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) Contra decisão de juiz de direito de primeiro grau, que não recebe recurso da sentença de mérito, por esta estar em conformidade com súmula do Supremo Tribunal Federal, cabe recurso de apelação.
- b) Contra decisão do órgão especial de Tribunal de Justiça, que julga Representação de Inconstitucionalidade, cabe recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) É embargável a decisão da turma que em recurso especial, divergir do julgamento de outra turma, da seção ou do órgão especial.
- d) Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito os recursos especiais sobrestados na origem terão seguimento negado na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.
- e) O juízo de admissibilidade do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário é feito, na atual sistemática processual, pelo Tribunal ad quem.

22

No processo de execução, não se considera atentatório à dignidade da Justiça o ato do executado que:

- a) frauda a execução.
- b) se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos.
- c) resiste injustificadamente às ordens judiciais.
- d) intimado, não indica ao juiz quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores.
- e) se opõe à execução alegando não ter bens para suportar a penhora.

23

É possível a concessão de Mandado de Segurança em face de:

- a) ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- b) decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- c) decisão judicial transitada em julgado.
- d) omissão ilegal ou abusiva de autoridade pública ou agente no exercício de atribuição do Poder Público.
- e) atos de qualquer natureza que violem direito líquido e certo dos cidadãos.

24

Sobre o Mandado de Segurança, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I – é possível a concessão de medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

II – A Câmara de Vereadores, embora seja órgão despersonalizado pode impetrar Mandado de Segurança para assegurar seus direitos líquidos e certos em face de ato ilegal ou abusivo de autoridade pública.

III – A exemplo do que acontece no Habeas Corpus, a impetração do Mandado de Segurança independe de representação por advogado.

IV - O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.

- a) II e IV são corretas
- b) I e III são corretas
- c) II e III são corretas
- d) I e IV são corretas
- e) I, II e IV são corretas

25

Faz coisa julgada, implicando em litispendência, e impedindo o juiz de decidir novamente:

- a) os motivos invocados para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- b) a verdade dos fatos fundamento da sentença.
- c) a questão prejudicial decidida incidentalmente, independentemente de requerimento.
- d) o julgamento de relação jurídica continuativa.
- e) o mérito do processo, desde que haja identidade de partes, causa de pedir e pedido.

26

São requisitos do ato administrativo:

- a) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- b) competência, finalidade, presunção de veracidade, forma, motivo e objeto.
- c) competência, finalidade, forma, motivo, objeto e discricionariedade.
- d) presunção de legitimidade, auto-executoriedade, compulsoriedade e imperatividade.
- e) compulsoriedade, imperatividade, competência e forma prescrita.

27

A imperatividade do ato administrativo

- a) decorre do princípio da legalidade da Administração, que, nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.
- b) transfere o ônus da prova de invalidade do ato para quem o invoca.
- c) está presente sempre que a Administração decidir ou atuar valorando internamente as consequências ou vantagens do ato.
- d) é o atributo que impõe a coercibilidade do ato para seu cumprimento ou execução.
- e) consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração.

28

Os atos administrativos de império

- a) produzem efeitos no recesso das repartições administrativas, independem de publicação no órgão oficial para sua vigência.
- b) são atos de comando abstrato e impessoal, revogáveis a qualquer tempo pela Administração, inatacável pelo Poder Judiciário
- c) são atos unilaterais que expressam a vontade onipotente do Estado e seu poder de coerção, normalmente revogáveis e modificados a critério da Administração.
- d) são atos de administração dos bens públicos e atos negociais com terceiros que não exigem coerção.
- e) são aqueles que se destinam a dar andamento nos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas.

29

São características dos contratos administrativos:

- a) formalidade, em todos os casos e possibilidade de ausência da Administração Pública nos polos da relação jurídica.
- b) consensualidade, onerosidade, comutatividade e possibilidade de cumprimento por terceira pessoa.
- c) unilateralidade, impositividade, passível de desequilíbrio entre as partes e gratuito.
- d) universalidade, irrenunciabilidade, historicidade e consensualidade.
- e) consensualidade, formalidade, como regra, onerosidade, comutatividade e realização *intuitu personae*.

30

Uma das peculiaridades de contrato administrativo é o que se convencionou chamar de “Cláusulas Exorbitantes”, que são:

- a) ilícitas, já que desiguam as partes na execução do avençado
- b) aquelas que não dependem de previsão expressa em lei ou em cláusula contratual.
- c) aquelas que podem ser renunciadas pela Administração Pública
- d) aquelas que produzem os mesmos efeitos das cláusulas leoninas do direito privado.
- e) aquelas que contariam o princípio da isonomia das partes contratantes.

31

Servidor Público, no exercício regular do cargo de motorista, colide o veículo com o qual trafega, causando danos a veículo de particular. A responsabilidade do Poder Público e do servidor será, respectivamente:

- a) supletiva e solidária.
- b) subjetiva e subjetiva
- c) subjetiva e objetiva.
- d) objetiva e objetiva.
- e) objetiva e subjetiva.

32

Assinale a alternativa correta a respeito dos Poderes Administrativos:

- I – O poder disciplinar decorre do poder hierárquico.
 - II – O poder regulamentar permite ao Chefe do Executivo inovar no ordenamento jurídico.
 - III – As determinações fruto do exercício do poder de polícia são sempre dotadas de auto-executoriedade.
 - IV – O exercício do poder de polícia da Administração Pública equivale à função da polícia judiciária.
- a) somente a frase I está correta.
 - b) somente a frase II está correta
 - c) somente a frase III está correta.
 - d) somente a frase IV está correta.
 - e) todas as frases estão incorretas.

33

Não constitui característica da concessão de serviço público:

- a) delegação contratual da execução do serviço.
- b) necessidade de licitação.
- c) responsabilidade subjetiva do concessionário.
- d) permanecer o Poder Público sempre com a titularidade do serviço.
- e) instrumento formal e escrito de avença entre as partes

34

Dentre as modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93, aquela que se destaca por exigir habilitação preliminar dos concorrentes é:

- a) convite
- b) pregão
- c) concorrência
- d) tomada de preço
- e) concurso

35

Na classificação dos agentes públicos, os honoríficos são

- a) aqueles que se vinculam ao Estado ou às suas entidades autárquicas e fundacionais, por relações profissionais, sujeitos à hierarquia funcional e ao regime jurídico único da entidade estatal a que servem.
- b) os componentes do Governo em seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais.
- c) os componentes do Governo em seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais.
- d) aqueles que recebem poderes do ente estatal para atos determinados, como ocorre nas transações internacionais.
- e) cidadãos convocados, designados ou nomeados para prestar, transitoriamente, determinados serviços ao Estado, em razão de sua condição cívica, de sua honorabilidade ou de sua notória capacidade profissional, mas sem qualquer vínculo empregatício ou estatutário, e, normalmente, sem remuneração.

36

O controle dos atos administrativos pode ser feito em duas oportunidades: uma interna; pela própria Administração e outra externa, pelo Poder Judiciário. A invalidação dos atos administrativos pode se dar de duas formas. Assinale a alternativa correta.

- a) revogação é a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, realizada pela Administração, e somente por ela, por não mais lhe convir sua existência.
- b) a revogação funda-se no poder hierárquico de que dispõe a Administração para rever sua atividade interna e adequá-la à realização de seus fins específicos.
- c) todo ato é revogável, mesmo que sua invalidação atente contra direito já adquirido pelos particulares.
- d) anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal, feita somente pelo Poder Judiciário.
- e) os efeitos da anulação operam-se *ex nunc*, pois o ato revogado, revestido de legalidade não poderia ter seus efeitos negados.

37

Serviço Público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado. Assinale a alternativa incorreta.

- a) serviço público centralizado é o que o Poder Público presta por seus próprios órgãos em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade.
- b) serviço público desconcentrado é aquele que a Administração executa centralizadamente, mas o distribui entre vários órgãos da mesma entidade, para facilitar sua realização e obtenção pelos usuários.
- c) os serviços centralizados, descentralizados ou desconcentrados admitem execução direta ou indireta, porque isso diz respeito à sua implantação e operação, e não a quem tem a responsabilidade pela sua prestação ao usuário.
- d) serviço público descentralizado é aquele que a Administração executa centralizadamente, mas o distribui entre vários órgãos da mesma entidade, para facilitar sua realização e obtenção pelos usuários.
- e) o fim precípua do serviço público ou de utilidade pública, como o próprio nome está a dizer, é servir ao público, e, secundariamente, produzir renda a quem o explora. Daí decorre o dever indeclinável de o concedente regularmente fiscalizar e intervir no serviço concedido sempre que não estiver sendo prestado a contento do público a que é destinado.

38

Assinale a alternativa incorreta:

- a) autarquias são entes administrativos autônomos criados por lei específica, com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.

b) a autarquia é forma de descentralização administrativa, através da personificação de um serviço retirado da Administração centralizada. Por essa razão, à autarquia só se deve ser outorgado serviço público típico coletivo, e não atividades industriais ou econômicas, ainda que de interesse coletivo.

c) a autarquia integra o organismo estatal (é intra-estatal); a entidade paraestatal justapõe-se ao Estado, sem com ele se identificar (é extra-estatal).

d) o poder de intervenção da entidade instituidora na autarquia é discricionário e desvinculado dos pressupostos finalísticos do serviço autárquico.

e) os contratos das autarquias estão sujeitos a licitação por expressa determinação do inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

39

Assinale a alternativa correta.

a) fundações públicas são fundações instituídas a partir da personificação de bens públicos, para persecução de interesses coletivos, como educação, ensino, pesquisa, assistência social etc.. Fundação Pública é inovação constitucional da atual Constituição.

b) as fundações públicas prestam-se, principalmente, à realização de atividades lucrativas.

c) os contratos celebrados pelas fundações públicas não têm obrigação de ser precedidos de licitação, já que a fundação pública realiza atividade atípica do Poder Público.

d) as proibições de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções não atingem os servidores das fundações públicas

e) para efeitos criminais, os servidores e dirigentes de fundações não se equiparam a funcionários públicos.

40

Assinale a alternativa incorreta. Cessará, para os menores, a incapacidade:

a) pela concessão do pai, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

b) pelo casamento;

c) pelo exercício de emprego público efetivo;

d) pela colação de grau em curso de ensino superior;

e) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

41

Entidades paraestatais são pessoas jurídicas de Direito Privado cuja criação é autorizada por lei, com patrimônio público ou misto, para realização de atividades, obras ou serviços de interesse coletivo, sob normas e controles do Estado. Assinale a alternativa incorreta.

a) enquanto as autarquias devem realizar atividades públicas típicas, as entidades paraestatais prestam-se a executar atividades impróprias do Poder Público, mas de utilidade pública, de interesse da coletividade

b) a paraestatal tem personalidade privada, mas realiza atividades de interesse público, e, por isso mesmo, os atos de seus dirigentes, revestindo-se de certa autoridade, sujeitam-se a mandado de segurança e a ação popular.

c) o ente paraestatal não goza dos privilégios estatais (imunidade tributária, foro privativo, prazos judiciais dilatados etc.), salvo quando concedidos expressamente em lei.

d) embora comumente adotem as formas tradicionais do Direito Civil, nada impede que o Poder Público crie entidades paraestatais com formas próprias e adequadas às suas finalidades.

e) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, com participação do Poder Público e de particulares no seu capital e na sua administração, para a realização de atividades econômicas ou serviços de interesse coletivo outorgado ou delegado pelo Estado. Revestem a forma de empresas particulares, admitem lucro e regem-se pelas normas das sociedades mercantis.

42

Assinale a alternativa incorreta.

a) são bens públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

b) são bens públicos os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, exceto os de suas autarquias;

c) são bens públicos os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

d) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

e) o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

43

Dissolução a pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento,

a) ela perde sua existência jurídica, sendo impossível a liquidação.

b) seus administradores estão isentos de responsabilidade.

c) ela subsistirá, mas não será possível sua liquidação.

d) ela subsistirá para os fins de liquidação e para as demais cominações legais após verificada aquela.

e) ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

44

É nulo o negócio jurídico quando:

a) celebrado por pessoa relativamente incapaz;

b) for ilícito, impossível ou indeterminado o seu objeto;

c) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;

d) a lei proibir-lhe a prática, desde que comine sanção.

e) for preterida alguma solenidade que a lei considere relativa para a sua validade.

45

Corre a prescrição:

a) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;

b) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

c) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.

d) contra os incapazes de que trata o art. 3º;

e) quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, depois da respectiva sentença definitiva.

46

Assinale a alternativa incorreta:

a) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

b) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

c) Se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, sem direito a indenização;

d) até o pagamento pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação;

e) se para o melhoramento, ou aumento, empregou o devedor trabalho ou dispêndio, o caso seguirá as normas atinentes às benfeitorias realizadas pelo possuidor de boa-fé ou de má-fé.

47

Quanto aos contratos, assinale a alternativa correta:

- a) a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- b) os contratantes são obrigados a guardar, somente na conclusão do contrato, os princípios de probidade e boa-fé.
- c) quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao ofertante.
- d) nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem o direito de renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- e) é vedado às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código.

48

No que se refere à responsabilidade patrimonial da administração pública, leia as frases abaixo e assinale a alternativa correta:

I – agente público, que agindo nessa qualidade, cause dolosamente dano a terceiro, a administração pública responderá, mas o fundamento da responsabilidade civil do Estado não será constitucional,

II - uma vez que a Constituição Federal, trata da responsabilidade objetiva do Estado.

- a) as duas frases estão corretas e a segunda justifica a primeira.
- b) a primeira frase está incorreta e a segunda está correta.
- c) a primeira frase está correta e a segunda está incorreta.
- d) as duas frases estão corretas e a segunda não justifica a primeira.
- e) as duas frases estão incorretas.

49

Assinale alternativa correta:

São responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem ou não sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que estiverem ou não sob sua autoridade e em sua companhia;
- c) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, mesmo por atos fora do exercício do trabalho que lhes competir;
- d) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- e) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, individualmente, até o valor total de seu produto.

50

Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

O registro declarará, exceto:

- a) a denominação, os fins, a sede, o tempo de duração e o fundo social, quando houver;
- b) o nome e a individualização dos fundadores ou instituidores, e dos diretores;
- c) se os membros participam ou não de outra pessoa jurídica;
- d) se o ato constitutivo é reformável no tocante à administração, e de que modo;
- e) o modo por que se administra e representa, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.